

Historiografia Policial Angolana: Rupturas e Continuidades

Josias Inácio Satumbo¹

¹ Doutorando em Ciências Sociais, opção: História, pela Faculdade de Ciências Sociais – Universidade Agostinho Neto, Prof. Mestre em Ciências da Educação, opção: Ensino da História de Angola, pelo Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda – Universidade Agostinho Neto, Pós-Graduado e Especialização em Iniciação Científica, pelo Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia – Salvador – Brasil, Prof. Licenciado em Educação, opção: Ensino da História de África, no ISCED – Luanda, pela Universidade Agostinho Neto, Técnico Médio de Formação de Professores IMNEI «Garcia Neto» opção: Geografia e História & Técnico Médio de Interpretação Dramática pelo Instituto Nacional de Formação Artística – Escola Nacional de Teatro e Cinema – Luanda.

Resumo

A história é um conjunto de acções proféticas sobre o passado dos homens. Daí não haver estranheza no facto de anónimos e valorosos filhos deste jovem país(Angola) terem contribuído com nacionalismo, patriotismo, amor, dedicação e esforço abnegado para a garantia da segurança da população e, desta feita, levar os angolanos a depositar confiança nessa instituição feita por angolanos. Sendo a História a Ciência Social e Humana que se encarrega ao estudo sobre as dinâmicas humanas nos seus contextos próprios e aspectos políticos, económicos, social e cultural ao longo das diferentes épocas. A presente comunicação alvitra, a discussão sobre o paradigma da historiografia da Polícia Angolana, a partir aspectos proeminentes da polícia durante o período de dominação colonial, abordamos ainda o processo de ruptura coma a administração colonial portuguesa e culminamos com a abordagem sobre a importância do conhecimento histórico para a actividade policial, com a apresentação, análise, discussão, interpretaçãodas entrevistas realizadas no campo. O epicentro da reflexão é a importância do conhecimento da história da polícia nacional de Angolana: prioridade, necessidade ou uma questão de cultura geral? Concluiu-se que o conhecimento da historiografia Policial angolana é fulcral para o Currículo de formação dos agentes e oficiais, independentemente das especialidades. Neste sentido utilizamos a metodologia qualitativa, método histórico, pesquisa bibliográfica, analisa documental e caminhamos com uma abordagem descritiva como protocolos metodológicos.

Palavras-Chave: Angola, História, Historiografia Policial e Polícia

Introdução

O século XVIII, as filosofias da História ganharam maior importância em sua produção, e ao longo do final do século XIX e princípios do século XX, foram fundamentais para a emergência da teoria da História ou seja a Historiografia. Isto se deve ao estabelecimento de condições

epistemológicas para que sejam trazidas para o centro da discussão historiográfica as questões teóricas, ao lado das questões metodológicas (Febvre 1989).

Em função deste movimento teórico, não é intenção construir história com base nos antigos modos de produzir criticados por *Annales*¹, são a saber: estruturalismo positivismo e marxismo, contudo podemos estender essa crítica outras matrizes historiográficas apoiadas no pensamento de Hegel e de Ranke. Para Chanter, parasse fazer uma autêntica história intelectual é preciso renunciar a Hegel, isto é, ao modo de se fazer uma autêntica história espiritualista e universal. Todas as formas de história praticadas por historiadores – a história original dos Antigos ou dos cronistas medievais, a história universal à maneira de Ranke, a história pragmática moralizante a história crítica e filológica e por fim as histórias especiais dedicadas a um domínio particular (Chartier 1990 p.73).

Um dos objectivos de *Annales* foi evitar o hegelianismo presente no campo da história. Proclamaou Febvre que a filosofia da história era um género morto (Revel, 2010).

O presente artigo, centra - se na historiografia da polícia angolana, cujo propósito fundamental consistirá na da sua própria natureza, compreender os desenvolvimentos sociais, políticos e culturais da nossa

¹ O movimento dos *Annales*, ou da chamada história cultural francesa, promoveu uma mudança significativa no modo de se compreender a história. Isso repercutiu também nos estudos e pesquisas realizados com base nessa tradição historiográfica. No caso de Febvre, temos uma original contribuição através da noção de história das mentalidades. Buscamos analisar as especificidades desse novo modo de se produzir a história. A ideia de mentalidade em Febvre possui certa complexidade. Para Revel (2010), Febvre pertenceu à primeira geração da Escola dos *Annales*, pois ao lado de Marc Bloch foi o precursor desse novo modo de se produzir a história. A fundação da Revista *Annales d'Historie Économique et Sociale*, em 1929, se deve aos esforços de Febvre e Bloch e pode ser considerada como marco inicial de uma nova tradição historiográfica. O movimento iniciado em *Annales* alcançou grande repercussão e inspirou gerações de pesquisadores no campo da história e também em outras áreas, como na educação, por exemplo. Essa renovação da pesquisa historiográfica actual é, em parte, consequência da contribuição da história cultural francesa. Ao chamar a atenção para o quotidiano, o homem e os novos objectos, a história cultural francesa promoveu uma crítica aos antigos modos de se produzir a história. Baseadas no marxismo, positivismo e estruturalismo, essas teorias que marcaram profundamente a história são rejeitadas em lugar de uma pesquisa mais antropológica, cultural e, também, psicológica, pois há uma preocupação com a subjetividade humana (Chartier 1990).

história. Portanto o interesse em todo esse assunto cresce com a necessidade de dar resposta ao movimento teórico em torno da: historiografia policial angolana: rupturas e continuidades. No sentido de problematizar O Ensino da história da Polícia Nacional Angolana: Prioridade, Necessidade ou uma Questão de Cultura Geral?

Lembrar que, na véspera do acordo de Alvor entre os dias 10 e 15 de Janeiro de 1975, o Estado Português e os Movimentos de Libertação Nacional de Angola, nomeadamente Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), reunidos em Alvor, no Algarve, negociaram o processo e o calendário do acesso de Angola à independência, tendo acordado uma série de aspectos resumidos em 60 artigos (Batsikama, 2011).

Com o Acordo de Alvor, rubricado exactamente a 15 de Janeiro de 1975, e nos termos dos seus artigos 36.º e 37.º, é criado, em 30 de Janeiro de 1975, o Governo de Transição da República de Angola. Conforme Boletim Oficial de Angola, I série n.º 75, de 1 de Abril de 1975, segundo o Decreto-Lei n.º 24/75, o Estado Português reafirmava o seu reconhecimento do direito do povo angolano à independência e que o poder passaria a ser exercido, até à proclamação da independência, pelo alto-comissário e por um Governo de Transição, o qual tomaria posse em 31 de Janeiro de 1975 (Sá, 2014).

Entre as funções do alto-comissário, constavam a de salvaguardar e garantir a integridade do território angolano em estreita cooperação com o Governo de Transição e assegurar o cumprimento do presente acordo e dos que viessem a ser celebrados entre os movimentos de libertação e o Estado Português. No domínio militar e da segurança das pessoas e bens, o Estado Português e os três movimentos de libertação formalizaram, através do presente acordo, um cessar-fogo geral pelas respectivas Forças Armadas em todo o território de Angola e tornou-

-se ilícito qualquer acto de recurso à força, que não fosse determinado pelas autoridades competentes com vista a impedir a violência interna ou a agressão externa” (Ibidem).

É de que lembrar que o artigo 28º do referido acordo de Alvor, contemplava a criação de uma Comissão Nacional de Defesa, composta pelo alto – comissário, colégio presidencial e um Estado- Maior Unificado e que perseguia objectivos concretos tais como o de definir e concretizar a política militar resultante do presente acordo, assegurar e salvaguardar a integridade territorial de Angola, garantir a paz, a segurança e a ordem pública e velar pela segurança das pessoas e seus bens.

Sem consciência histórica sobre o passado (e antepassado) não perceberíamos quem somos. Esta dimensão identitária – quem somos? - emerge no terreno de memórias históricas partilhadas . por isso , o sentimento de identidade - entendida no sentido de imagem de si, para si e para os outros – aparece associado à consciência histórica , forma de nos sentirmos em outros que nos são próximos , outros que antecipam a nossa existência que, por sua vez, antecipará a de outros. Ao assegurar um sentimento de continuidade no tempo e na memória (e na memória do tempo) a consciência histórica contribui, deste modo , para a afirmação da identidade – individual e colectiva (Pais, 1990, p.1).

1. A historiografia policial angolana – encontros e desencontros

Uma das preocupações das conferências permanentes dos ministros Europeus da educação e de algumas organizações internacionais como a UNESCO ou OCDE, tem sido a da importância do ensino da história no contexto da criação de uma identidade europeia. Numa das suas conclusões podia ler – se o seguinte:

“(…)No que respeita ao projecto ensino da Historia numa europa nova (...) estão convencidos que pode e deve ter uma importante contribuição para a educação em geral e, em particular , para a educação de uma cidadania

democrática permitindo aos jovens : - apredenderem acerca da sua herança histórica, bem como a de outras pessoas e nações; adquirirem e praticarem técnicas fundamentais, tais como a capacidade para tratarem e analisarem de forma critica diferentes formas de informação², e a capacidade de não se deixarem influenciar por informação preconceituosa e por argumentos irracionais; desenvolverem atitudes básicas tais como a honestidade intelectual e rigor, um julgamento independente, uma abertura de espirito , a curiosidade a coragem civil e a tolerância (...)”(O Ensino da História, 1997, p.15).

Quando se fala de identidade, de consciência, de tolerância, de intervenção cívica , de solidariedade, com certeza que a História é requisitada para desempenhar um papel e uma função marcadamente social. Por outro lado, quando se questiona os jovens sobre o significado da História, vislumbram – se nas suas respostas a sua valorização como fonte de aprendizagem (Pais, 1999, p.22) eo seu respeito pelo monumentalidade do passado.

Em contrapartida atribuem um significado pouco relevante às matérias escolares , aos manuais ou até às narrativas dos professores. Estes desencontro entre potencialidades da História, função social a desempenhar e disciplina leccionada obriga – nos necessariamente a refletir sobre o espaço que tem sido reservado à Historiografia e a que tipo de Historia no contexto de formação básica policial quer superior em África.

Relembro aqui o génio Cheik Anta Diop, nas sétimas semanas filosóficas de Kinshasa, quando na tentativa de sacudir a consciência letárgica dos africanos, procurava defender a necessidade e afirmação da historicidade africana a partir das suas instituições micro para macro (Diop,

² É necessário lembrar aqui que toda actividade de defesa e segurança tem como elemento chave o factor informação e as suas essências, dimensões e direções.

1954, p.526 - 527).Dentro deste contexto enunciado valerá a pena reflectir sobre o seguinte:

- i) Que papel se atribui a historiografia policial africana no contexto geral e angolana em particular?
- ii) O ensino da historiografia policial africana/angolana tem sido prioridade? Necessidade? ou uma questão de cultura geral, nos currículos de formação básica e superior de Polícia?

Procurando responder as questões, vamos sempre nos colocar diante da utilidade da História como tal. Antes de mais o sentido de utilidade é um enfoque perverso. Aqueles que questionam por este prisma a história têm normalmente já assumida a preconceituosa resposta de que não serve para nada. A esses convirá logo esclarecer que a utilidade só pode ser equacionada na perspectiva de quem sabe, isto é possível no nosso quotidiano perceber aqueles que não tiveram História e distinguir e notar aqueles que compreenderam a sua mensagem.

1.1. Utilidade da Historiografia e suas desconstruções

A história é uma forma de estar na vida, na sociedade, no exercício da cidadania plena ou seja o exercício da actividade policial em si é História³. A sua utilidade vê-se na falta que faz àqueles que não entenderam que até o útil tem que ser belo e a beleza do presente tem os parâmetros da compreensão do passado.

Relembro aqui José Mattoso, na sua peugada que defende que, o que interessa não é gostar de História mas estar convencido que sem ela não se pode compreender o mundo em que vivemos, logo o desconhecimento enciclopédico da historiografia policial africana em particular angolana, poderá enviduar a aplicabilidade de distintos modelos de policiamentos a base de realidades desencontradas com o contexto local.

³ Este ponto de vista é corroborado com o Historiador francês Lucien Paul Victor Febvre (1878 -1956), que defende o seguinte: tudo que o homem tocou, apalpou, exerce ou exerceu, explica o homem, descreve o Homem, logo é história.

É a História que nos habitua a descobrir a relatividade das coisas, das coisas, das ideias, das crenças e das doutrinas, e a detectar por razão, sob aparências diferentes, se voltam a repetir situações analógicas, se reproduz a busca de soluções parecidas ou se verificam evoluções paralelas. O historiador está sempre a descobrir no passado longínquo e recente o mesmo e o outro, a identidade e a variação, a repetição e a inovação (Mattoso, 1999, p.14 - 17).

Para os mais cépticos e resistentes será conveniente partilhar os argumentos da vivência científica e didáctica. Esta demonstra que o conhecimento do passado é substituto da experiência; é um alargamento da experiência vivida; é uma introdução ao possível, ao provável e ao humano. Este sentido deve ajudar a saber ouvir os outros, a agradecer a partilha da experiência, a compreender que há outros valores, a evitar um sentido unívoco da vida, a garantir uma maior disponibilidade que evite o permanente atrito entre gerações de Polícias. A história pode ajudar a uma melhor convivência entre as diferentes épocas.

Mas a história permite também reviver o passado encontrando pontos de referências que diminuam a angústia e a incerteza do presente. O quadro de referência que a história dos homens fornece, minimiza a importância dos nossos problemas, subalterniza aquilo que nos parece essencial, evidencia as permanências naquilo que muda, garante estabilidade e racionalidade nas decisões nas distintas fases da sua actuação.

A paz de espírito pode ser uma das utilidades do conhecimento do passado porque transforma o presente no seu espaço de experiência e concebe o futuro como um horizonte de expectativa.

Num outro sentido, a intervenção social alimenta – se do conhecimento da identidade nacional. É a historiografia policial que nos fornece as origens das forças, as genealogias, as ligações, as persistências nas distintas formas da sua actuação. É ela que nos legitima as boas causas e

denuncia as más experiências, como por exemplo, o paradigma do uso da força ou dos meios de letais durante a actuação policial, os axiomas da ética e deontologia.

É permite o conhecimento um conhecimento mais realista e racional do presente pela compreensão das raízes do passado. Cercear o acesso a esse conhecimento é transformar humanos em autómatos, e transformar cidadão em plebe. A irreverência consciente passa pela compreensão da nossa identidade e esta passa pelo papel da História na formação. É o conhecimento do passado que garante o sucesso do exercício da cidadania. Logo o sucesso dos modelos de actuação policial do presente depende das noções do teatro das operações do passado.

Alguns exemplo explicitarão este tipo de abordagem para a o processo de desconstrução:

1. Actuação policial em angola no período das resistências nos reinos do Kongo, Bailundo, Kwanhama, etc;
2. Os modelos de policiamento adaptado pelas administração colonial portuguesa antes, durante e no pós acontecimentos dos três (3) momentos da guerra colonial: 4 de Janeiro, 4 de Fevereiro e 15 Março de 1961.
3. O fundamento da Polícia Internacional de Defesa do Estado (P.I.D.E): Formas de actuação, o desenho operação, planos operacionais, métodos de coerções, a questão da informação e seu tratamento analítico e metodológico, a transição das nomenclaturas da Polícia angolana;
4. A gestão da Policia Popular de Angola no pós – independência:
 - Organigrama saídos dos acordos de Alvor e sua possível aplicação;
 - O paradigma dos distintivos, tipologia dos fardamentos, a questão do recrutamento, a formação dos distintos órgãos ou Departamentos policiais;

Olhando deste modo para os conteúdos pragmáticos, ou de forma similar, a Historiografia policial passaria a ter um sentido relacional, utilitário e prospectivo. Com perspectivas menos situadas cronologicamente, com relacionações mais ricas, com temáticas mais potenciadoras da participação dos cadetes, garantir-se-ia, estou convencido, uma motivação acrescida para os refractários à História. A variedade dos recursos, das estratégias, das avaliações tornar-se-ia menos inacessível. A disciplina de História da Polícia nacional de Angola, poderia cumprir melhor, pela empatia, o seu papel.

Com esta problemática, muitos insistem em voltar a questionam-se, com frequência nos concelhos académicos e científicos o seguinte:

- Porquê estudar ou ensinar história da Polícia Nacional de Angola?
- Que aplicabilidade o conhecimento histórico da Polícia Nacional de Angola tem na actuação quotidiana dos seus efectivos?

Perguntas como estas são frequentes na narrativa dos efectivos que, num primeiro momento, não entendem que uma disciplina como história da Polícia Nacional, possa trazer algumas contribuições à sua formação, por entender que o conhecimento histórico da Polícia Nacional de Angola é imprescindível na formação dos efectivos, que possam não apenas justificar sua presença nos currículos mas, sobretudo, evidenciar que a história da Polícia Nacional de Angola contribui para conhecer o seu passado e a nós mesmo.

No entanto julgamos ser necessário esclarecer que partilhamos da concepção de que o conhecimento da história da Polícia Nacional de Angola é uma prática de intervenção social que prescinde de conhecimentos advindos das ciências humanas e naturais para actuar com os diferentes elementos que compõe a cultura.

Ao meu ver, a compressão da História da Polícia Nacional vem construindo representações acerca da necessidade de fazer lembrar uma preocupação humana, logo a Historiografia policial pode “celebrar” o que deve ser lembrado quanto “invisibilizar” o que deve ser esquecido. Neste sentido é necessário pensar que a narrativa histórica é resultante de um entrelaçamento de objectividades e subjectividades, de percepções, de olhares, de possibilidades de análises e estas são sempre datadas.

1.2. Prioridade e Importância do Conhecimento Histórico da Polícia Nacional Angola

É prioridade o conhecimento da história, porque é importante saber:

- Como foi feita a transição da Polícia portuguesa para Corpo de Polícia da Angola, é fundamental e necessário conhecer e concomitantemente, acompanhar o desenvolvimento histórico de Angola.
- É importante saber qual foi o ponto alto do desenvolvimento da Polícia Nacional de Angola quanto estamos recordados que a Polícia sofreu algumas transformações particularmente antes bem menos dos anos de 1993, pois, foi o período mais difícil em termos de organização e desenvolvimento da Polícia Nacional, com a fuga de muitos quadros e a incorporação de outros com pouca formação técnica e científica e até analfabetos, por conveniência política. Foi também uma das etapas de militarização da corporação. Contudo, surgiu a Polícia de intervenção rápida em véspera da visita do Papa João Paulo II, para além de ser um complemento no asseguramento da ordem pública também teve um papel activo no decorrer das acções do país, surgiu também no seio a Polícia fiscal, por tanto é importante que a nova geração estuda e interprete convenientemente a evolução desta Polícia.
- Tudo começa a partir da pirâmide, desde que se instituí esses conhecimentos como uma cadeira nuclear de Polícia e principalmente para o ensino de ciências policiais, o subsistema depois vai

se derrapando até aos mais básicos centros de formação de Polícia, para que os cadetes, os instruendos, os alistados conheçam os caminhos que a Polícia foi tendo ao longo de todos estes anos.

2. A Necessidade da existência de um corpo teórico e práticos sobre a historiografia policial angolana nos cursos de formação de Polícia

No intuito de comprovar as hipóteses e com base na forma de abordagem, a nossa pesquisa focou – se no paradigma qualitativo, onde a técnica seleccionada é a entrevista. Mas antes de entrarmos propriamente na natureza das entrevistas gostávamos de conceituar o que é a Entrevista.

Para analisarmos a História da Policia Nacional de Angola entrevistamos 8 efectivos conforme já referimos. O número dos entrevistados não foi por nós pré definido, embora inicialmente pretendessem não entrevistar mais do que 10 efectivos, por se tratar de uma pesquisa qualitativa tendo como base a amostra por bola de neve. Os entrevistados foram diferenciados segundo: grupo etário, tempo de serviço, classe de patentes, formação académica e o cargo que ostentam.

É de salientar, que não há nenhuma diferenciação dos entrevistados quanto ao sexo, embora essa seja uma variável demográfica bastante importante. Na verdade o que aconteceu é que todos entrevistados são do sexo masculino, o que torna desnecessário fazer-se tal diferenciação. Por outro lado daqui podemos inferir que os primórdios da actividade policial em Angola, demonstram que a mesma foi exercida geralmente por individuo do sexo Masculino, apesar de que a referida actividade já existe grande números de efectivas operacionais e administrativas na Policia Nacional de Angola.

Quanto ao grupo etário temos: 1 Entrevistado tem 40 - 44 anos de idade, 2 Entrevistados têm 45 - 49 anos de idade, 3 Entrevistados têm 50 - 54 anos de idade, 2 Entrevistados têm 55 - 59 anos de idade.

Quanto a formação académica temos: 3 Entrevistados são professores Doutores; 4 Entrevistados são Mestres; 1 Entrevistado é Licenciado. Dos Entrevistados do grupo etário 40 - 44, 1 Entrevistado tem o grau de Licenciado. No grupo etário dos 45 - 49, 1 Entrevistado tem o grau de Doutor e 1 Entrevistado é Mestre. No grupo etário dos 50 - 54, 1 Entrevistado tem o grau de Doutor e 2 Entrevistado são Mestres. No grupo etário dos 55 - 59, 1 Entrevistado é Doutor e 1 Entrevistado é Mestre.

Tabela n.º 1 - Entrevistados segundo grupo etário e formação académica.

Grupo Etário	Doutores	Mestres	Licenciado	Total
40 - 44	0	0	1	1
45 - 49	1	1	0	2
50 - 54	1	2	0	3
55 - 59	1	1	0	2
Total	3	4	1	8

Fonte: Elaboração do Autor, 2015.

Entrevistados segundo o tempo de serviço e a classe de patentes que ostentam temos: para oficiais Comissários 1 Entrevistado está entre 21 - 30 anos de serviço; 2 Entrevistados estão entre 31 - 40 anos de serviço. Para os oficiais Superiores 1 Entrevistado está entre 10 - 20 anos de serviço, 1 Entrevistado está entre 21 - 30 anos de serviço e 2 Entrevistados estão entre 31 - 40 anos de serviço. Para oficial Subalterno 1 Entrevistado está entre 31 - 40 anos de serviço.

Tabela n.º 2 - Entrevistado segundo tempo de serviço e a classe de patentes que ostentam.

Tempo de Serviço	Oficial Comissário	Oficial Superior	Oficial Subalterno	Total
10 – 20	0	1	0	1
21 – 30	1	1	0	2
31 – 40	2	2	1	5
Total	3	4	1	8

Fonte: Elaboração do Autor, 2015.

Entrevistados segundo o cargo que ostentam e seu grupo etário, temos: 3 Entrevistados são Directores; 4 Entrevistados são chefes de departamentos; 1 Entrevistado é chefe de secção.

Quanto ao grupo etário dos Directores: 1 Director está entre 45 - 49 anos de idade; 1 Director está entre 50 - 54 anos de idade; 1 Director está entre 55 - 59 anos de idade. Quanto ao grupo etário dos chefes dos Departamentos: 1 Entrevistado está entre 45 - 49 anos de idade; 2 Entrevistados estão entre 50 - 54 anos de idade e 1 Entrevistado está entre 55 - 59 anos de idade. Quanto ao grupo etário do chefe de Secção: 1 Entrevistado está entre 40 - 44 anos de idade.

Tabela n.º 3 - Entrevistados segundo o cargo e seu grupo etário.

Grupo Etário	Directores	Chefes/Departamentos	Chefe/Secção	Total
40 – 44	0	0	1	1
45 – 49	1	1	0	2
50 – 54	1	2	0	3
55 – 59	1	1	0	2
Total	3	4	1	8

Fonte: Elaboração do Autor, 2015.

Com base as nossas entrevistas tivemos a obrigação de analisar e interpretar as respostas vindo pelos nossos entrevistados sobretudo nas que convergem e divergem, sendo assim procuramos saber dos entrevistados.

Quanto ao surgimento da Polícia Nacional de Angolana

"A Polícia surge após a independência, fruto do Governo de Transição"(E 1). "A Polícia surge como um imperativo da Nação, a pós precisamente a ascensão de Angola à independência o que se impõe então voltar a fazer funcionar os órgãos que dessem garantia a segurança Pública, portanto ela não surgiu do nada é uma emanção e é conformada primariamente pelos ex. quadros das várias policias colónias, temos: a PSP e outros órgãos que prestavam serviço de segurança pública no tempo colonial"(E 2).

"A Polícia surge depois de 1974, com a entrada dos 3 movimentos e as vésperas da proclamação da independência, urge a necessidade de se formar a Polícia Nacional de Angola, é assim que surgiu da fusão dos três movimentos nomeadamente MPLA, FNLA e a UNITA e mais alguns da PSP formaram então o Corpo da Policia de Angola" (E - 3).

A Polícia Nacional de Angola surge a pós a independência da República Popular de Angola em 1975 onde na altura existia uma Polícia portuguesa (E 4). A Polícia Nacional de Angola, conheceu uma fase que deve ser bem sublinhada que tem a ver com o Corpo de Polícia Popular de Angola, porque a partir de 28 Fevereiro de 1976 é que se funda a Polícia Popular de Angola (E 5).

Como qualquer Estado a Polícia surge para proteger os interesses do mesmo, no fundo é uma força para dirimir tudo aquilo que é conflito, em suma é isto"(E 7). "A história que temos da Polícia Nacional de Angola, é que a Polícia surge em 1975 após a independência no sentido de substituir a Polícia colonial, havia necessidade de se criar a nossa

Polícia Nacional no sentido de repor a ordem e a tranquilidade Pública”(E 8).

Com base a primeira pergunta, inferiu-se que os entrevistados convergem nos aspectos de maior relevância como por exemplo, que a Polícia de Angola surge depois da independência, embora divergem em alguns pontos sobretudo no ano do seu surgimento mas importa referir que as respostas dos nossos entrevistados não fogem da realidade do surgimento da Polícia Nacional de Angola.

Em suma com base nas respostas dos nossos entrevistados fizemos um cruzamento com algumas pesquisas bibliográficas e inferimos que a Polícia angolana é fruto de um Governo de Transição no reconhecimento de uma Angola independente e que entre diversas legislações, publicou o Decreto-lei 24/75 de 1 de Abril de 1975 que determina que a Polícia Portuguesa (PSPA) passasse a ser designada por Corpo de Polícia de Angola. Não está certo. O governo de transição criou uma das grandes premissas do surgimento da Polícia Nacional, por que a nossa Polícia não é colonial. Foi proclamada num país independente, em 28 de Fevereiro de 1976.

Quanto as principais fases cronológicas do processo da evolução da Polícia Nacional de Angola;

Conhecemos duas fases, uma delas era da criação da própria Polícia Nacional enquanto Corpo de segurança Pública na nova República de Angola, outra era precisamente tornar essa Polícia com carácter de ideologia Marxista Leninista”(E 2).

Para o E3, A Polícia Nacional de Angola passou por quatro fases que nomeadamente passa a citar: Corpo de Polícia Popular de Angola, Direcção Nacional de Polícia Popular, Corpo de Polícia de Angola até chegarem a Polícia Nacional de Angola.

As principais fases do processo da evolução da Polícia Nacional, foi quando notou - se fusão entre o Ministério do Interior e o Ministério da Segurança do Estado, aí a nossa polícia que vinha de um corpo de polícia popular de Angola, recebeu imputes nos seus recursos humanos como também recurso material, para assumir com maior responsabilidade o período que se vivia”(E 5).

O E7 defende que, aPolícia desde a sua fundação em 1976 teve várias fases, primeiro éramos um Corpo de Polícia de Angola, depois um Corpo de Polícia Popular de Angola, até a Polícia Nacional de Angola.“

Pelos meus conhecimentos tivemos as seguintes fases: Corpo de Polícia de Angola, Corpo de Polícia Popular de Angola e até a Polícia Nacional de Angola”(E 8). Com base a segunda pergunta, inferiu-se que os entrevistados convergem nos aspectos de maior relevância, como notamos afirmavam que a Polícia Nacional de Angola evoluiu em três à quatro fases (são 2, 3 ou 4 ?) como podemos designar: Polícia de Segurança Portuguesa de Angola para Corpo de Polícia de Angola depois Corpo Popular de Polícia de Angola e posteriormente a Polícia Nacional de Angola.

Portanto com base algumas pesquisas bibliográficas inferimos que a Polícia angolana teve de facto essas fases evolutivas mas realçar também que evoluiu no sentido orgânico da sua estrutura, bem como na sua uniformização, na formação de quadros e a sua forma de actuação para manter a ordem e a tranquilidade Pública.

Sobre as principais personalidades que se destacaram no processo de estruturação da Polícia Nacional de Angola;

No período da vigência do Governo de transição, no paradigma policia destacavam -se as seguintes personalidades: Santana André Pitra

“Petroff”(pelo MPLA), David Mecondo (pela FNLA) e Isaías Celestina Chingufo (pela UNITA)”.

As personalidades são: Santana André PitraPetroff a ele estavam coadjuvado precisamente por dois quadros, o primeiro era precisamente da FNLA e o outro proveniente da UNITA recordando já precisamente o falecido camarada Tadeu assim como o falecido Major Ndelo proveniente da FNLA, portanto a estes destacaram também o camarada que depois passou a ser Director nas veste de director da Polícia Nacional de Angola o camarada Carvalho (E 2).Comandante Santana André PitraPetroff, tem também o actual Comandante Geral que é o Ambrósio de lemos que é um dos fundadores porque veio também da Polícia colonial (E 4).

“Por aquilo que tem sido referência obrigatória das personalidades que se destacaram naquele período, muito sinceramente não podemos nos esquecer do Comandante Santana André PitraPetroff, sem nos esquecermos do Comandante Panda e do Comandante Ekuikui e outros ”(E 5).“As principais personalidades que se destacaram naquele processo são: comandante Espírito Santo, Gouveia Leite, Bento Soito, Mussolo”(E 6).“Tivemos algumas personalidades como é o caso do Comandante Santana André PitraPetroff, Sã de Almeida e José Alfredo Ekuikui”(E - 7).

Portanto fazendo um cruzamento das personalidades ditas pelos nossos entrevistados e algumas pesquisas bibliográficas, podemos inferir que existem outras referências de personalidades conforme podemos designar: João Arnaldo Saraiva de Carvalho «Tetembwa», Armindo Fernando do Espírito Santo Viera, Fernando Torres Vaz da Conceição, Fernando da Piedade Dias dos Santo Nandó, Ferreira Neto, Edgar dos Santos, Manuel Alexandre Rodrigues «Kito», José Adão da Silva, António Bartolomeu «Kifofo», João Manuel Almeida de Sá e entre outras personalidades.

Exemplo de acções práticas realizadas por algumas personalidades para o alvorecer da instituição Polícia de Angola;

“Um dos comandantes que era muito rígido e teve grandes feitos na formação da nossa Polícia Nacional era então na altura o Director da escola Nacional de Polícia mártires do Kapolo o comandante Musso-lo”(E 3). “Quanto as acções práticas por estas personalidades, gostava de falar do Comandante Santana André PitraPetroff que implementou reformas significativas no âmbito da formação dos efectivos, bem como na uniformização dos efectivos e a reorganização da estrutura orgânica da Polícia Nacional de Angola”(E 5).

“Destaco principalmente o comandante Mussolo que ainda em tempo de guerra exerceu seu papel de extrema importância na coesão das forças de Polícia para enfrentar aquela época de conflitos, Ao passo que Bento Soito estava no apoio das acções formativas” (E 6).

“No caso do Comandante Santana André PitraPetroff ele revolucionou a Polícia, temos como caso concreto a Polícia de Anti munti que foi criada em 1992; A construção da escola de intervenção rápida, a brigada especial de trânsito etc”(E 8).

A quarta questão inferiu-se que os entrevistamos convergem em alguns pontos de maior relevância das acções praticadas pelas personalidades, como é o caso do Comandante Santana André PitraPetroff enquanto um dos artifícios primários desta corporação policial, que implementou reformas significativas no quadro da Polícia Nacional de Angola, também quando recebeu o mais alto estandarte da Polícia nas mãos dos Portugueses.

Portanto com base noutras pesquisas inferimos que houve também acções práticas de outras personalidades, que deram toda sua vida, todo seu saber no âmbito da formação, do uniforme bem como no âmbito da actuação Policial, em prol do desenvolvimento da Polícia Nacional.

A respeito destas acções, permitam – me citar a peugada de Eugénio César Laborinho(2020)⁴ durante a sessão de outorga de diplomas ao 3º grupo de licenciados em ciências policiais e criminais e abertura do 1º curso de mestrado em segurança pública no Instituto Superior de Ciências Policiais e Criminais – General Osvaldo Serra – Van Dunem:

“(...) Reconhecemos que o processo formativo deve ser continuo e sistemático especialmente o das forças de defesa e segurança, assim no dia 29 de março do ano 2012 procedemos a abertura do primeiro curso superior em ciências policiais, ao abrigo do decreto presidencial 9/12, de 20 de Janeiro, cujo objectivo assenta na premissa de formar oficiais de Polícia com as exigências sociais, apresentado um melhor serviço ao cidadão que confira garantia da ordem e da segurança pública. Aos 642 licenciados formados, deverão aplicar toda sua inteligência, conhecimento e experiências às vossas acções quotidianas, para que se eleve a nossa capacidade de resposta as necessidades de segurança pública, estabilidade social, pois, só deste modo, propiciaremos as condições para que as demais instituições do estado funcionem plenamente e se possa garantir, de facto, o bem estar das populações(...) Outrossim, os anos de vigência deste instituto com prestação positiva, permitiu-lhe dar um passo seguinte no sentido da execução do curso de pós-graduação, no caso, o mestrado em segurança pública, aprovado por decreto executivo nº 128/19 de Junho, do ministério do ensino superior, ciência e inovação..”

Será que é importante o conhecimento histórico da Polícia Nacional de Angola na formação dos futuros policiais? Justifique; Porque traz o resultados das entrevistas.

“É importante, Porque não há presente sem história”(E 1). “Não é só importante como também é vital e estas vitalidades impõem-se no facto de que as pessoas que enveredarem para actos policiais precisarem de saber como é a sua história. Porque é o contando o ontem que o torna o hoje pessoa, isto é as antigas práticas é aquela que devem ser trans-

⁴ Ministro do Interior da República de Angola (2020).

feridas para o novo homem, e dela se criar a correcção necessária se vale a pena ou não com os mesmo actos que já se faziam em tempos históricos”(E 2).

“Costuma se dizer que não há presente sem passado e é muito bom que a nova geração da Polícia saiba de onde saímos de onde vamos e o que teremos, portanto eu penso que é muito importante”(E 3). “Eu penso que é muito importante porque isto é mesmo como uma escola, para atingirmos a universidade passamos no primeiro nível, segundo nível e daí para diante, e se um Polícia não conhecer bem a história da própria policia, esse não é bom Polícia” (E 4).

“É importante conhecer a história pelo qual o individuo ou efectivo vai se vincular para saber de facto qual é o imperativo deste órgão para a vida das pessoas”(E 5). “É importante por parte dos efectivos principalmente para aqueles que entram no curso básico de polícia, para terem conhecimento de como se desenvolveu a história da Polícia Nacional e quais foram as suas personalidades ”(E 6).

“É muito importante, o Polícia sem conhecer a sua história é um Polícia vazio” (E7). “Dizer que é muito importante e nós a escola temos essa responsabilidade, queremos é que os nossos candidatos sejam mais abalizados em termos do conhecimento da história da Polícia para termos uma Polícia mais actuante porque se assim não for não teremos bons Polícias”(E 8).

Nesta pergunta defendeu-se que os entrevistados convergem no sentido de ser uma obrigação emergente para que os futuros policiais estejam já abalizados sobre o conhecimento da história da Polícia Nacional de Angola, como ela se desenvolveu ao longo dos tempos até a data presente.

Portanto inferimos que o conhecimento histórico da Polícia Nacional de Angola na formação dos futuros policiais, será uma mais-valia, pelo facto de todos aqueles que enveredarem para actos policiais precisarem de saber, se as antigas práticas devem ser transferidas para o novo Polícia, tais como: o modelo de policiamento tradicional bem como o exercício da autoridade, e dela se fazer a correcção necessária se vale a pena ou não com os mesmos actos que já se faziam em tempos históricos.

O Conhecimento da história da Polícia Nacional de Angola na formação policial: Prioridades, Necessidade ou uma questão de cultura geral;

“É prioridade e fazendo referência do Instituto Superior de Ciências Polícias e Criminais já consta na grelha curricular dos próximos anos lectivos a cadeira de historiografia da Policia Nacional”(E2). “Em princípio devo dizer que é prioritário independentemente de ser também cultura geral”(E 3). “É prioridade porque temos recebido determinações do Ministro, do Comandante Geral e de outras instituições superiores da nossa Polícia Nacional no sentido de reformular os programas curriculares para os cursos de formação básica, é prioridade porque enquanto instruendo ou cadete têm que receber o conhecimento da história da Polícia”(E 5).

“Considero como prioridade e cultura geral”(E6). “É prioridade e também cultura geral por parte dos efectivos”(E 7). “Acho que nesta altura é uma necessidade, sabemos que tudo esta a evoluir, também devemos evoluir no profissionalismo”(E8). “Nesta questão inferiu-se que os entrevistados convergem que o conhecimento da história seja prioridade e necessidade na formação dos futuros polícias”.

Portanto inferimos que o conhecimento da história da Polícia é uma necessidade e prioridade pelo facto de, não se pode aprender policilogia sem saber a sua historiografia, sobre pena de caminharmos num

mundo que depois não saberemos como continuar as pegadas policial no amanhã, portanto quem esquece um passado está condenado a repetir os mesmos erros. Por isso é a razão de estudar o conhecimento da história da Polícia Nacional de Angola.

Que vantagem terá a Polícia Nacional de Angola se incluir uma disciplina que aborda a história da Polícia Nacional de Angola no âmbito da formação policial;

“É importante incluir uma disciplina histórica da Polícia Nacional nas escolas de formação policial”(E1). “As vantagens são várias por exemplo, venho de duas academias policiais do exterior do país onde frequentei esta formação e esta cadeira sobre a história da Polícia Nacional é muito importante, inclusive parte dos docentes deste instituto têm um livro que conta a sua história na Polícia”(E3). “Muitas vantagens, tanto mais que é uma necessidade para as escolas Básicas, Médio e Superior mas é preciso nós termos o cuidado de encontrarmos elemento suficientes para subsidiar os conteúdos necessários para organização desta cadeira que é muito importante para a formação policial ”(E 5).

“Terá muitas vantagens, para que o futuro Polícia quando sair da escola, saia com conhecimento profundo de como se desenvolveu a Polícia, a prior deve-se implementarnas escolas Básicas porque é ai onde começa a primeira actividade do Polícia”(E 6). Teremos muitas vantagens, desde logo que eles entrarem, começam a lher dar com a disciplina no sentido de começarem a saber a história da Polícia”(E7). “Dizer que há muitos oficiais que não sabem a história da Polícia Nacional, por isso, é que se haver essa disciplina será bem-vindo para cobrir o vazio do conhecimento da história da Polícia, que existe no ceio do nosso efectivo principalmente para os que estão a entrar agora na corporação (E 8).

3. Considerações Finais

O conhecimento da realidade histórica é uma característica humana, particular e passada. Pelo facto de reportar ao passado só a podermos conhecer através de testemunhos, pistas e até mesmos fontes desse mesmo passado no presente e perspectivando o futuro, através da formação de uma consciência histórica outras formas de consciência; que é a componente da consciência social que acompanha outras formas de consciência: política - militar, moral, filosófica, estética, espiritual e ética- deontológica.

Concluiu-se que é fulcral que exista uma disciplina de história da polícia nas escolas de formação policial (Escolas Básicas, Instituto Médio e Instituto Superior) pelo facto de ser uma disciplina que vai narrar todos factos históricos da Polícia Nacional de Angola, devido as suas múltiplas vantagens caso se implemente, porque a historiografia Policial é uma cadeira anatómica da Polícia Nacional, embora é preciso nós termos o carisma de encontrarmos elemento suficientes para subsidiar os conteúdos necessários para organização desta cadeira que é muito importante para a formação policial. Por este motivo, advogo um paradigma endógeno, voltado para o equilíbrio sustentável e a dimensão cultural de desenvolvimento. Trata - se de um paradigma centrado no homem africano e nas comunidades de base (História voltada para o polícia africano)..

Estabelecendo a triangulação metodológica e hermenêutica das respostas dos entrevistados duas ilações podemos destacar:

- (i) A necessidade imperativa de alargar estudos no âmbito da prosografia das personalidade formais e informais que se destacaram no processo de evolução histórica da Policia Nacional de Angola de forma desapaixonada para filtragem da verdade histórica;
- (ii) O movimento das escolas contemporâneas nos aconselham que os homens, únicos objectos da história de uma história que se inscreve no grupo das disciplinas humanas de todas as ordens e

de todos os graus, ao lado da antropologia, da psicologia, da linguística, etc.; uma história que não se interessa por um homem abstracto, eterno, de fundo imutável e perpetuamente idêntico a si mesmo, mas pelos homens sempre tomados nos quadros das sociedades (no caso a corporação) de que são membros, pelos membros dessas sociedades numa época bem determinada do seu desenvolvimento, pelos homens dotados de funções múltiplas, de actividades diversas, de preocupações e de aptidões variadas, que se mesclam todas, se chocam, se contrariam, e acabam por concluir entre si uma paz de compromisso, um *modus vivendi* que se chama a Vida;

(iii) Que se olhe para a história da polícia angolana, no âmbito da estratégia psicológica de segurança, com intuito de desenvolver o restauro da tessitura social esventrada pelos sucessivos conflitos na qual é possível com o processo de apetrechamento do museu da Polícia Nacional de Angola, bem como campanhas de recolhas e doações de objectos museológicos em posse de efectivos já reformados e não só. Permitindo uma imparcialidade plena no processo de construção paradigmática da da ciência Histórica da corporação.

Referências Bibliográficas

• Fontes Orais:

Alberto Sebastião Mendes Limão, Comissário – Director do Instituto Superior de Ciências Policiais e Criminais, 16/10/2015, Luanda.

Apolinário António Domingos, Sub - Comissário – Director Adjunto Para a Área Administrativa do I.S.C.P.C, 12/10/2015, Luanda.

Alemão Hélder José dos Santos, Intendente, Chefe do Departamento, Kapolo II, 18/10/2015 Luanda.